

Educomunicação e Protagonismo Juvenil no Movimento de Ocupação das Escolas Públicas por Secundaristas no RS

ARACIELE MARIA KETZER
ROSANE ROSA

Considerações iniciais

A ocupação das escolas públicas brasileiras pelos estudantes secundaristas¹ em diferentes regiões do país nos anos de 2015-2016 foi um movimento inédito que além de conquistar sucesso em algumas de suas reivindicações como a liberação de recursos financeiros para as escolas e o adiamento da votação de Projetos de Lei, lançou o protagonismo do jovem secundarista na luta por causas relacionadas a um direito social que é a qualidade na educação pública, ascendendo na esfera social as discussões em torno das problemáticas da estrutura do ensino básico no Brasil.

Além de ocupar as escolas, o movimento chamou a atenção pela “ocupação” das mídias sociais digitais, como o Facebook. Em vista desse contexto, nesse trabalho visamos refletir sobre o processo de empoderamento e protagonismo juvenil que caracterizou as ocupações, bem como compreender como se deu a construção do ecossistema comunicativo construído a partir das apropriações das mídias sociais para interação interna e com a comunidade, tendo como recorte de pesquisa o cenário das ocupações que ocorreram em Santa Maria, na região central do estado do Rio Grande do Sul.

Para tanto, conduziremos a discussão a partir dos resultados de entrevistas com roteiro semiestruturado (DUARTE, 2006) realizadas com estudantes e visitas em duas escolas ocupadas na cidade em maio e junho de 2016: a Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa, a primeira a ser ocupada em Santa Maria e a Escola Estadual de Educação Básica Augusto

1 O termo refere-se a estudantes que cursam o Ensino Médio, nível integrado à Educação Básica.

Ruschi, localizada na periferia da cidade e que possui um histórico de resistência e envolvimento em lutas e projetos da comunidade. Além dessas, outras seis instituições participaram do movimento no contexto local. Salientamos que tais entrevistas foram realizadas com grupo de estudantes de cada instituição, que se dispuseram a conversar conosco no dia de nossa visita. Isso porque, como percebemos, os estudantes enfatizaram não ter líderes, e por isso se organizam de dois ou mais integrantes para participarem de assembleias e se pronunciarem à comunidade.

Além das entrevistas, também realizamos uma análise exploratória (GIL, 1999) de conteúdos postados entre maio e junho de 2016 – período auge do movimento na região – tanto na página central do movimento no Facebook, a Ocupa Santa Maria², quanto nas páginas das escolas que visitamos, a Ocupa Augusto Ruschi³ e a Ocupa Cilon Rosa⁴. Salientamos que o município de Santa Maria foi escolhido por ser sede da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o que facilitou a proximidade com as escolas no período das ocupações. Além disso, destacamos que esse estudo traz uma pesquisa de caráter exploratório, a partir de um recorte local, cujo cenário empírico integra a investigação em nível de mestrado da pesquisadora.

Dada essas considerações, a seguir dividimos a discussão em dois eixos ancorados nos resultados preliminares obtidos em nosso percurso metodológico e interpretados à luz de conceitos relacionados aos movimentos sociais em rede e à educomunicação.

A ocupação da escola como um exercício de cidadania

Antes de introduzir a análise da delimitação que elegemos para o estudo, consideramos importante trazer elementos que contextualizam a ressurgência do movimento estudantil secundarista no país. O processo de ocupação das escolas públicas brasileiras teve sua gênese em novembro de 2015, com a resistência dos estudantes ao projeto do governador Geraldo Alckmin de Reorganização Escolar⁵, entre outras demandas. Inspirados na

2 OCUPA Santa Maria. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupasm/>>. Acesso em 04 de jun de 2017.

3 OCUPA Augusto Ruschi. Disponível em: <<https://www.facebook.com/OcupaAugustoRuschi/>>. Acesso em 05 de jun de 2017.

4 OCUPA Cilon Rosa. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupacilonrosa/>>. Acesso em 07 de jun de 2017.

5 O projeto consistia em concentrar alunos de determinadas faixas etárias em escolas de ciclo único. O resultado seria o fechamento de mais de 90 escolas da rede pública. Com as ocupações, os estudantes conseguiram que a execução do projeto fosse adiada.

resistência dos secundaristas paulistas, em sua forma de organização e conquistas, ainda em 2015 e durante o ano seguinte, secundaristas de outras regiões do país, como Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná, entre outros estados, aderiram à mobilização em períodos e conjunturas distintas.

Apesar de cada ocupação de escola ter suas reivindicações específicas, a bandeira maior foi sempre a mesma: a educação pública. Nesse sentido, o movimento como um todo promoveu debates problematizando a estrutura das escolas, a lógica arcaica dos sistemas de ensino, o currículo escolar, a valorização dos professores, a juventude, temáticas diversas que colocaram a educação em pauta nas discussões da agenda pública e também midiática. Tal repercussão está na base dos movimentos sociais em rede, os quais consistem em expressões de contra-poder, ações coletivas que tanto em caso de sucesso como de fracasso transformam os valores e as instituições legitimadas na sociedade (CASTELLS, 2013).

No contexto gaúcho, as ocupações das escolas estaduais iniciaram por volta de maio de 2016, sendo a Escola Estadual Coronel Emilio Afonso Massot, localizada em Porto Alegre, a pioneira das ocupações no estado. Num percurso que se estendeu até o início de julho do mesmo ano, foram mais de 150 escolas que participaram da mobilização. Entre as reivindicações unânimes dos estudantes, estavam o cancelamento da PL44 – projeto de lei que prevê que Organizações Sociais gerenciem áreas como a educação - e da PL 190 – projeto de lei que quer implantar a chamada “Escola sem Partido”. Além de conquistar o adiamento da votação desses projetos de lei, a liberação de cerca de R\$40 milhões de investimentos na infraestrutura das escolas, outro resultado foi a criação de Fóruns de Educação para cada região do estado onde representantes estudantis, representantes do Ministério Público e representantes do Governo vão se reunir mensalmente pra discutir as pautas da educação. Nesse sentido, é válido destacar aqui a voz propositiva que os estudantes conquistaram ao ter um espaço para discutir assuntos da sua escola.

Em Santa Maria, na região central, onde vamos concentrar a nossa análise, oito escolas foram ocupadas pelos secundaristas, que, demonstrando significativa resistência, estão entre os últimos a realizarem as desocupações. Nessa conjuntura onde realizamos entrevistas e visitas às escolas ocupadas, uma de nossas primeiras observações é que os estudantes, geralmente formados por 15 a 30 jovens entre 14 e 16 anos, se organizavam a partir de uma política horizontal, sem uma liderança específica. Todas as decisões eram realizadas a partir de reuniões coletivas. Para representar a escola em assembleias, por exemplo, havia um rodízio de porta-vozes. Característica evidente no próprio momento

da entrevista, onde, em vários casos, não era escolhido um aluno, mas se reuniam grupos para conversar conosco.

Além disso, outra prática que nos chamou a atenção é a forma de administração e organização das atividades. As mesmas eram distribuídas em setores, tais como alimentação, segurança, limpeza, comunicação. Assim, cada equipe era responsável por um setor, respeitando a identificação de cada participante com a tarefa. Tal forma de organização evidencia o perfil democrático das ocupações, com espaço para aprendizagem individual e coletiva, uma prática de exercício da cidadania por parte do público juvenil. Evidencia igualmente a construção de uma tecnologia social de resistência que poderá ser apropriada por futuros movimentos estudantis, independente do território. E nesse sentido, a experiência promoveu aprendizagens e construção de conhecimentos plurais, constatação que nos remete a Gohn quando diz que “Os movimentos sociais são fontes e agências de produção de saber” (2011, p.5). Para a autora, essas práticas constituem espaços de educação não formal que promovem diversos aprendizados aos participantes, como o prático, teórico, político, cultural, linguístico, econômico, simbólico, social, cognitivo, reflexivo e ético.



Print Sreen feito da página Ocupa Cilon Rosa no dia 20 de maio de 2016. A foto registra uma roda de conversa que está sendo realizada sobre valorização do agricultor e estruturas escolares.

Durante os dias de ocupação uma ação constante que se fez presente nas escolas era a realização de oficinas sobre temas plurais como direitos da criança e do adolescente, diver-

sidade de gênero, identidade negra, representações midiáticas, culinária, música, cultura, filosofia, esporte, além de aulões para o Enem. O relato dos estudantes entrevistados revela a importância dessas discussões para a sua formação cidadã. Eles enfatizam a necessidade que sentem de trabalhar em sala de aula assuntos tais como os discutidos durante as ocupações, ou seja, mais presentes em seu cotidiano. O que pode servir de termômetro para uma reforma curricular no sistema de ensino brasileiro.

Outro aspecto destaque na narrativa dos estudantes é a insurgência de um novo olhar e de uma nova apropriação da escola e da educação. É unânime nas falas a existência de duas escolas “uma antes, outra depois das ocupações”. O ato de passar um tempo integral nesse espaço, defendendo, cuidando e fazendo dele um lar, fez emergir o reconhecimento de que a escola “também é um espaço pelo qual sou responsável”. Em muitos casos, além das oficinas e discussões sobre temas diversos, os estudantes pintaram as escolas, realizaram consertos nas pracinhas, limpavam o pátio, entre outros cuidados, essa representação sobre a escola, pode ser observada nesse depoimento de estudante que ocupou a Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa:

Eu acho que a escola é o lugar onde a gente aprende a ser humano, porque a gente vem com uma casca por cima e através da escola e de grandes mestres que são os nossos professores, a gente acaba tirando essas cascas e esse, essa coisa coberta de ignorância que o ser humano tem, né? Então acredito que através de grandes mestres como eu já te disse, a gente acaba difundindo isso, acabando com isso e nos tornando realmente seres capazes de fazer a mudança no mundo.

Essa nova leitura de responsabilidade com a escola pública pode desencadear uma cultura de respeito também a outros espaços públicos externos. Se as ocupações proporcionaram maior aproximação do estudante com a escola, também reduziram a distância entre aluno e professor. O fato de ficarem juntos (inclusive dormirem no mesmo ambiente) e lutarem pelas mesmas causas possibilitou a construção de um vínculo, de uma relação solidária em prol da educação: o aluno passou a ver o professor em um lugar próximo ao dele; e o professor passou a valorizar mais o senso de responsabilidade e o potencial de protagonismo de seus alunos. Essa perspectiva de uma relação horizontal entre os sujeitos é fundamental em uma comunidade educativa, visto que a educação não é transferência de saberes (FREIRE, 1977), mas acontece a partir da troca de conhecimentos entre interlocutores.

Outro ponto que destacamos nesse contexto, é a consistência crítica e política presente na narrativa dos estudantes. Em nenhuma das entrevistas, por exemplo, eles se mostraram tímidos. Pelo contrário, com firmeza como requer uma posição de resistência, evidenciavam capacidade argumentativa para defender o movimento e suas reivindicações. Essa postura crítica se destacou também em relação à cobertura, enquadramento dos meios de comunicação hegemônicos, como fica claro nesse depoimento de estudante que ocupou a Escola Estadual de Educação Básica Augusto Ruschi:

Na ocupação, tem uma proibição assim de dar entrevista, porque tudo é respondido no coletivo, tem que haver um consenso pra dar uma resposta, e como eles estavam difamando o movimento, a gente resolveu que a gente não ia dar nenhuma, tudo é feito por notas, qualquer coisa a gente queira divulgar é postada na internet ou lá na frente, eles estavam falando muita coisa invertida, inventando muita coisa, aí a gente resolveu não falar, que eles distorcem tudo que a gente fala.

Nesse sentido, em um contexto geral, a imprensa era proibida de entrar nas escolas ocupadas. Essa atitude foi decidida após vários casos de informações veiculadas pela mídia local que o movimento julgou distorcidas e nos remete ao processo de educação para a comunicação que constitui uma das áreas de intervenção da educomunicação (SOARES, 2011). Assim, a partir dessa desconfiança em relação à mídia, o principal espaço utilizado pelos estudantes para divulgar as suas ações eram as redes sociais digitais, principalmente o Facebook. E nesse sentido, a partir de uma análise exploratória, veremos a seguir a formação, expansão e legitimação do ecossistema comunicativo construído pelo movimento.

Apropriações das mídias sociais e a construção do ecossistema comunicativo

Um fenômeno rico para pensarmos o potencial das mídias sociais é a reapropriação tecnopolítica das ferramentas de comunicação, apontada por Castells (2013) em seus estudos sobre movimentos sociais e internet. Tratando como um movimento pós-mídia, essa abordagem do autor se refere ao fato dos movimentos sociais contemporâneos se apropriarem das redes sociais online, desenvolvendo estratégias para falarem sobre si mesmos e superarem/tensionarem as informações produzidas pela cobertura da mídia massiva. Logo, segundo o autor, os recursos virtuais corroboram no fortalecimento das lutas sociais e cada

vez mais são usados para a comunicação de resistência, intervindo na própria constituição da identidade individual e coletiva do grupo mobilizado.

Esse processo é evidenciado claramente no contexto do movimento de estudantes secundaristas aludido nesse estudo. As redes sociais digitais, como o Facebook, são a principal mídia usada pelos estudantes. A sistemática identificada no contexto nacional é que existem páginas centrais de cada região e páginas secundárias, específicas de cada escola. A dinâmica de postagens observada é que as centrais são responsáveis por compartilhar as informações das páginas secundárias, reunindo nesse espaço conteúdos de todas as escolas. No contexto do Rio Grande do Sul, as Páginas “Escolas Gaúchas em luta”, “Escolas de luta RS” e “Ocupa Tudo Brasil” são as três representantes centrais. E no contexto de Santa Maria, a “OCUPA SANTA MARIA”. Além dessas, cada escola possui a sua própria Fan Page.

Para esse trabalho, fizemos uma análise exploratória das postagens da página “OCUPA SANTA MARIA”, que atualmente conta com cerca de 2000 curtidas e seguidores, e também das postagens feitas nas páginas das escolas citadas onde realizamos as entrevistas com os estudantes: a Ocupa Augusto Ruschi – que possui cerca de 1000 curtidas e seguidores e a OCUPA CILON ROSA – que possui cerca de 1700 curtidas. Tal observação foi realizada durante o mês de maio e junho de 2016, período auge do movimento na região.

Ao observamos esses espaços e a partir do diálogo que realizamos com os estudantes constatamos que o Facebook é usado para a comunicação interna e externa do movimento, ou seja, para articulação entre os membros do movimento da própria escola e de outras, mas também para visibilidade e interação comunitária. O recurso de troca de mensagens privadas (in box) é usado tanto para conversar com o público externo, quanto para dialogar com estudantes de outras escolas, marcar encontros, através de Grupos de Conversa. Nesse sentido, o cenário virtual é importante, pois promove a interação entre os estudantes e entre eles e a comunidade, criando espaços de colaboração e constituição de um ecossistema comunicativo, entendido como “(...)um ideal de relações, construído coletivamente em dado espaço, em decorrência de uma decisão estratégica de favorecer o diálogo social, levando em conta, inclusive, as potencialidades dos meios de comunicação e de suas tecnologias” (SOARES, 2011, p.44).



Print Sreen feito da página Ocupa Augusto Ruschi no dia 28 de maio de 2016. A postagem é de uma foto dos cartazes colados na parede da escola com frases associando educação e resistência.

Outro objetivo identificado nos usos da rede social online Facebook pelos estudantes secundaristas é o registro do dia a dia da ocupação escolar, a exemplo de um diário de bordo. Através de diferentes linguagens multimídias, como fotografias, vídeos, áudios, textos, registra-se as reuniões, as oficinas/eventos realizados na ocupação, o trabalho com limpeza, alimentação, consertos. Logo, os estudantes vão construindo narrativas colaborativas (MALINI; ANTOUN, 2013) sobre seu cotidiano. Esse processo é interessante e é executado como uma estratégia para garantir a segurança dos participantes do movimento frente às possíveis críticas da comunidade e frente também à cobertura da mídia hegemônica, na medida em que os post do Facebook funcionam como uma espécie de documentação do que está ocorrendo nas ocupações. Podemos afirmar também que esses registros auxiliam na própria organização do movimento, na argumentação dos estudantes nas negociações com as autoridades, e também compõem a constituição material da história do movimento estudantil secundarista.

Outro ponto que nos chamou a atenção foram as narrativas em relação à imprensa. Através de notas de repúdio ou a partir da (re)contextualização de links com matérias sobre o movimento estudantil, é perceptível as críticas em relação à cobertura (ou indiferença) da mídia comercial. Um movimento dialético fundamental quando pensamos em democratização da mídia e que enfatiza o potencial da internet na promoção de interlocutores e no

enfrentamento do discurso único e homogêneo. Num movimento nomeado por Castells (2013) como pós-mídia, enfatizamos nesse contexto também, a capacidade dos secundaristas, de pautarem a mídia e as conversas cotidianas. Sendo as Fan Pages exploradas como fonte jornalística, dado que em muitos casos, os estudantes optaram por não conceder entrevistas aos repórteres dos veículos de comunicação tradicionais, nem permitir a entrada dos mesmos no espaço escolar, visto seu grau de desconfiança.

Entre estas narrativas está uma nota compartilhada no dia 28 de maio de 2016 da página da escola ocupada Augusto Ruschi sobre matéria veiculada pelo jornal local “A Razão”, conforme o trecho destacado:

Nós, alunos ocupantes da escola Augusto Ruschi, viemos por meio dessa nota esclarecer alguns pontos a respeito da matéria publicada pelo jornal A Razão ontem, dia 28 de maio de 2016, na qual se divulgam informações distorcidas sobre o caráter da nossa ocupação. Essa matéria traz a voz de um estudante dissidente como a portadora da única verdade sobre o que tem ocorrido, de maneira que as vozes daqueles que realmente estão fazendo parte da ocupação sejam silenciadas. Esse estudante afirma que não vem mais à ocupação desde a última segunda-feira, portanto fica claro que ele não tem legitimidade para informar a comunidade santa mariense acerca do que tem acontecido aqui.

Tal fenômeno de produção de contranarrativas em relação à cobertura realizada pela mídia hegemônica reitera a postura crítica observada na atuação dos estudantes, e constitui um elemento essencial na discussão sobre alfabetização midiática. E nesse sentido, essas práticas de produção comunicativa identificadas no contexto do movimento evidenciam a postura proativa desses jovens, e contempla os pressupostos da educomunicação, que busca promover a capacidade expressiva dos sujeitos educandos, enquanto interlocutores do processo de comunicação e aprendizagem. E nesse sentido, Peruzzo (2000) ressalta o potencial da comunicação desenvolvida nessas conjunturas de mobilização à educação para a cidadania, na medida em que a pessoa torna-se sujeito das atividades de comunicação: “A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Tende a agregar novos elementos à sua cultura” (PERUZZO, 2000, p.218).

Considerações finais

Deste modo, considerando os elementos discutidos nesse estudo exploratório e o recorte local da pesquisa, podemos apontar que o movimento estudantil secundarista de ocupa-

ção das escolas públicas constituiu um importante espaço de resistência, protagonismo e emancipação juvenil e de exercício de cidadania.

Constatamos a existência de uma gestão participativa, capacidade de mobilização, articulação interna e externa, negociação e resiliência, além de consistência crítica e política no discurso dos estudantes. Além disso, os jovens criaram um rico e eficiente ecossistema comunicativo se apropriando das redes sociais digitais, como o Facebook, prática que proporcionou a autonomia para os estudantes na criação de sua própria representação midiática junto aos seus pares e a comunidade externa.

Além do sucesso em algumas de suas reivindicações, é válido ressaltar que a experiência de participar de uma ocupação proporcionou aprendizados plurais para estudantes e professores, o que já está transformando a cultura escolar, tornando-a mais relacional e plural. Acrescentamos também que o movimento foi significativo por pautar a educação no centro das discussões familiares e públicas e revelar a urgência de uma reforma no sistema de ensino, dado o contexto de formação das gerações atuais que exigem uma educação pautada nos direitos, direito a uma educação de qualidade, direito a participar da própria formação.

Nesse cenário, compreendemos que a educomunicação é fundamental, já que a área pode contribuir significativamente na construção de uma educação que dialoga com a cultura juvenil e com o ecossistema comunicativo onde a comunidade educativa encontra-se inserida.

Referências

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Divulgação científica: movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>> Acesso em: 28 de maio de 2017.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

PERUZZO, Cicilia. Comunicação comunitária e Educação para a cidadania. **Revista Comunicação e Sociedade**. Braga: Vol.14 (1-2), p.651-668, 2000. Disponível em: <<http://revista-comsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1427/1358>>. Acesso em: 29 de maio de 2017.

SOARES, Ismar. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

AS AUTORAS

ARACIELE MARIA KETZER - Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação Midiática da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), linha Mídia e Identidades Contemporâneas. Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). E-mail: araciele.ketzer@gmail.com.

ROSANE ROSA - Doutora em Ciências da Informação e da Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora do Departamento de Ciências da Comunicação, do Programa de Pós-graduação em Comunicação e do Programa Tecnologias Educacionais em Rede da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: rosanerosar@gmail.com.